

Na corrida pelo lucro, a população paga o pato

ALBERTO YEPES P.



A privatização dos serviços sociais vem sendo imposta por meio de programas estritos e duradouros de ajuste estrutural pelas instituições financeiras internacionais. Esses programas têm feito pressão por mudanças nas políticas sociais para transformá-las em serviços rentáveis. Desse modo, a saúde, a educação, a seguridade social e o acesso a serviços de água, energia, telecomunicações e saneamento ambiental podem ser operados por agentes privados, que têm altas margens de lucro garantidas.

A privatização dos serviços básicos tem deteriorado em muito a distribuição de renda, fazendo as pessoas ricas mais ricas e empobrecendo as pobres. Assim, o Estado tem favorecido os processos de acumulação de ativos públicos em mãos de grupos financeiros, vendendo as empresas de serviços públicos por um terço de seu valor real.

O primeiro passo na privatização de todas essas empresas foi impor grandes aumentos nas tarifas dos serviços públicos, para que passassem a ser atraentes ao capital privado. Por exemplo, no caso da água, cuja privatização é o próximo objetivo dos conglomerados financeiros,¹ nos últimos cinco anos a tarifa de consumo aumentou, em média, 238%² para o estrato mais pobre da população nas nove cidades principais.

Nas privatizações das estradas, das telecomunicações e da produção e distribuição de energia, foram empregadas cláusulas que buscam assegurar margens de lucro preestabelecidas para as empresas multinacionais e as empresas compradoras (que o Estado deve pagar se os compradores não conseguirem obter a totalidade dos lucros calculados), instaurando, dessa forma, um tipo de capitalismo sem riscos, no qual o lucro dos empresários não depende das mercadorias ou dos serviços produzidos e vendidos, mas do faturamento calculado de antemão. Os riscos de perdas ou lucros não-realizados devem ser assumidos pela população, por meio do orçamento público, e pelas empresas estatais – obrigadas a entregar indenizações milionárias às empresas privadas com as quais foram obrigadas a competir nessas condições desvantajosas.

As políticas ordenadas pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) avançaram na organização da educação de acordo com a lógica do mercado, colocando o país entre aqueles que possuem maior oferta de vagas escolares em mãos privadas. Com tais patamares de privatização, os acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) foram concretizados agora numa reforma constitucional que reduz novamente o montante de recursos que o Estado deverá destinar ao atendimento à saúde e à educação pública. Embora tenha sido aprovada, houve contra essa reforma uma das maiores mobilizações sociais da última década. Ela gerará uma redução de aproximadamente US\$ 2,5 bilhões até 2008, liberados para pagamento dos credores da dívida pública.

Educação como negócio

No caminho da privatização das instituições educacionais, o Estado limitou seu compromisso com a educação pública praticamente ao pagamento de professores e professoras. As famílias devem cobrir os custos de manutenção das instalações escolares, aquisição de materiais, pagamento dos serviços públicos de água, telefone e energia, aquisição de materiais didáticos e pagamento dos salários do pessoal não-docente, como seguranças, secretárias(os), pessoal de limpeza e de manutenção das escolas. Esses custos devem ser cobertos com os pagamentos feitos pelas famílias de matrículas, mensalidades e com os demais recursos provenientes da venda e da prestação de serviços docentes aos(às) estudantes.³ Portanto, não é estranho que o Relatório de Desenvolvimento Humano 2000 da Colômbia tenha constatado que, em 1997, aproximadamente 46% das crianças e

1 Em setores como o da geração de energia, o Estado dispõe somente de 35,5% dos ativos, e o processo de privatização ainda continua.

2 A maior parte dos dados deste artigo foi obtida do estudo realizado pela Controladoria Geral do país, em agosto de 2002, denominado "Colômbia entre la exclusión y el desarrollo" (Bogotá, julho de 2002).

3 Decreto nº 1.857, artigo 2º, 1994.

4 Pnud e Departamento Nacional de Planejamento – Missão Social. Informe sobre Desarrollo Humano. Colômbia, 2000. Alfaomega Grupo Editor, maio de 2001, p. 201. O Informe sobre Desarrollo Humano 2002 aponta uma evasão escolar de 44%, com 2 milhões de jovens fora da escola.

juvens em idade escolar não compareciam às aulas por razões estritamente econômicas, entre as quais se destacam os altos custos da educação e a necessidade de trabalhar.⁴

As reformas neoliberais da educação foram mais longe do que em qualquer outro país do continente. Produto das políticas de desregulamentação, de privatização e do privilégio para os critérios de mercado na provisão de serviços educacionais, o direito à educação tem se convertido em um dos direitos de mais difícil implementação. O empobrecimento de aproximadamente 29 milhões de pessoas já colocou fora das salas de aula algo em torno de 3,1 milhões de crianças, sem recursos suficientes para comprar o direito de ingressar ou permanecer em uma instituição educacional.

Na Colômbia, a educação básica não somente deixou de ser gratuita, como também foi introduzido, em 1991, na própria Constituição, o sistema de cobranças nas instituições educacionais oficiais. Todas as crianças que querem ingressar no ensino básico devem pagar, com pouquíssimas exceções. Embora o país tenha ratificado acordos internacionais, como o Acordo Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e a Convenção sobre os Direitos da Criança – nos quais o Estado assumiu o compromisso de assegurar a educação básica gratuita para todas as crianças –, as normas e as políticas públicas desconhecem abertamente esse compromisso. Recentemente, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais assinalou que a Constituição colombiana não estava ajustada aos dispositivos do acordo internacional, pois não garantia o direito à educação gratuita para todas as pessoas.⁵

Desde 1990, foi introduzida uma série de reformas que aumentou muito os custos. Nos últimos sete anos, o índice de preços da educação aumentou 40% em relação ao índice geral de preços. Ao mesmo tempo, o Estado aumentou seus gastos com educação, no período de 1991 a 2001, passando de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) para 5%, enquanto os gastos privados das famílias com a educação já alcançavam um percentual próximo a 4,5% do PIB.

Apesar disso, as coberturas líquidas continuam baixas na educação média (26%), secundária básica (52%) e pré-escolar (34%). Na educação primária básica, a cobertura atingiu 82%, apresentando alguma melhoria, porém ainda abaixo da média da América Latina e Caribe. O aumento dos gastos oficiais e das famílias com educação não foi traduzido em aumentos proporcionais na cobertura e na qualidade para cerca de 60% da população que vive na pobreza. No campo, aproximadamente 30% das crianças que conseguem vaga escolar são forçadas a abandonar seus estudos durante o ano. A qualidade da educação é cada vez mais precária, como indicam os baixos resultados nas provas internacionais de qualidade.

O processo de privatização avançou tão aceleradamente que 30% das vagas disponíveis para educação primária e secundária estão no setor privado, cujos custos são proibitivos para a população pobre. No ensino superior, somente 25% das vagas disponíveis estão no setor público. Essa situação foi agravada pela crise econômica que levou 12% dos(as) estudantes das escolas privadas a abandonar os estudos e a buscar vagas nas escolas públicas. As vagas são cada vez mais escassas por causa da política governamental de eliminar o financiamento da oferta educacional.

No ensino oficial, os altos índices de evasão escolar também são consequência direta das políticas que tornaram os custos econômicos demasiadamente elevados para o acesso e a permanência das crianças nas escolas. Os últimos estudos sobre evasão escolar calculam que, na Colômbia, mais de 1 milhão de alunos e alunas abandonam a escola pública e privada anualmente.⁶ As causas dessa evasão escolar estão relacionadas, principalmente, com a crise econômica, com o conflito armado e com o desagrado pela escola.⁷ Nas zonas rurais, a evasão média fica entre 17% e 30% do total de estudantes.⁸

Saúde sucateada

A Lei 100 de 1993 reformou o sistema de saúde para permitir que o capital privado assumisse grande parte da prestação de serviço, sob a forma de um mercado de contratos de seguros. Para as pessoas que tinham capacidade de pagamento, foi estabelecido regime de contribuição e criado o regime subsidiado para atender aos setores mais pobres, assegurando que, no ano 2000, toda a população teria cobertura. Não se conseguiu a cobertura plena. Ao contrário, ela diminuiu. Antes de 1993, ano em que se fez a reforma que introduziu a privatização, a filiação aos planos chegava a 75%, hoje é somente de 62%.^{NE}

O acesso à saúde é atualmente menos equitativo: enquanto os 20% da população com maior renda tinham uma cobertura de 75% no ano 2000, o quintil mais pobre só alcançava uma cobertura de 35%. O sistema resultante também é discriminatório em relação às mulheres. Embora elas constituam 51% da população colombiana, 60,9% das pessoas afiliadas ao sistema de saúde são homens, refletindo os desequilíbrios da participação das mulheres no mercado de trabalho.⁹

6 GÓMEZ, Mario Jiménez. Aumenta deserción escolar. *Revista Semana*, 29 set. 2002.

7 De acordo com a Pesquisa de Condições de Vida, realizada em 1997, e o Estudo Caminhos da Evasão Escolar, elaborado pela Fundação Restrepo Barco, nos anos 2001 e 2002.

8 No da tregua la deserción escolar en el país. *El Tiempo*, 6 set. 2002.

NE Dados do Departamento Nacional de Planeación dão conta que em 2002 apenas 53% da população total estava filiada a planos de saúde.

9 Plataforma Colombiana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento. Relatório alternativo ao IV Relatório do Governo Colombiano ante o Comitê do Acordo Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. N. 110.

5 Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, 27ª Sessão. E/C.12/1/Add.74.

Apesar de seguradas, muitas pessoas não podem ser atendidas por causa da ausência de recursos para efetuar pagamentos complementares. Assim, antes da privatização, 67,1% das pessoas que se declaravam doentes eram atendidas; já no ano 2000, somente 51,1% dessas pessoas puderam ser atendidas por um médico. Ainda mais grave é a situação nas áreas rurais, onde 48% da população não participa de nenhum sistema de saúde.¹⁰

Os gastos privados com saúde aumentaram 50%, subiram de 3% para 4,5% do PIB entre 1993 e 1999. No entanto, os gastos públicos também cresceram 57%, passando de 7,2% para 10% do PIB no mesmo período. As seguradoras privadas são responsáveis pela administração da maior parte desses recursos. Em dezembro de 2001, as empresas prestadoras de saúde (EPS) privadas atendiam a 70% do mercado do regime de contribuições, enquanto as EPS públicas eram responsáveis por somente 30%.

A privatização da prestação dos serviços trouxe altas margens de intermediação, onde as EPS e as administradoras do regime subsidiado (ARS), em mãos do setor privado, ficam com boa parte dos recursos, absorvendo os incrementos dos gastos realizados pelo Estado e pelas famílias. A Controladoria Geral do país assinalou que, em média, as ARS ficavam com 40% dos recursos da seguridade social destinados ao regime subsidiado.

As reformas de livre mercado deterioraram a saúde geral da população. Entre 1990 e 2000, o número de crianças com menos de 1 ano que haviam cumprido o ciclo completo de vacinação diminuiu de 67,5% para 52%. Isso permitiu a volta de epidemias que, como o sarampo, estavam há anos controladas. A reforma contribuiu para a estratificação da sociedade colombiana pela discriminação dos setores mais necessitados em relação ao atendimento à saúde. Foram estabelecidos um sistema para as pessoas muito pobres (subsidiado), um sistema para setores de renda média (contribuição) e outro para as pessoas ricas (medicina pré-paga), ao passo que 38% da população não participa de nenhum sistema. Os tratamentos são diferenciados em serviços e direitos, em função da capacidade econômica de situar-se em cada um desses sistemas, configurando uma sociedade cada vez mais dividida e conflituada.

A privatização fez com que as seguradoras privadas administrem a saúde dos setores de melhor renda, enquanto o sistema público está ocupado com aqueles de menor renda. Nessa competição, o Estado tem substituído os subsídios à oferta que, antes de 1993, eram entregues aos hospitais, clínicas e centros de atendimento públicos, por subsídios à demanda. Tal situação tem gerado um colapso do sistema hospitalar do país, que só pode oferecer o mínimo em atendimento, a ponto de muitos dos principais hospitais e clínicas que atendiam à população de baixa renda terem falido.

As novas concessões aos capitais privados das multinacionais farmacêuticas encareceram ainda mais o atendimento médico para as pessoas mais pobres e agravarão o déficit das instituições públicas de saúde. Isso porque o governo decidiu por decreto¹¹ proibir por cinco anos a produção e a importação de medicamentos genéricos – até agora adquiridos a preços baixos. Esse enorme sacrifício para a população foi feito em resposta à exigência do governo dos Estados Unidos, para que certas exportações colombianas pudessem aspirar a benefícios aduaneiros naquele mercado.

A negação do acesso aos serviços sociais e os custos crescentes desses serviços aumentaram aceleradamente o número de pobres e miseráveis. O número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza atingiu 59,8%, de acordo com os dados da Controladoria Geral da República, e 64%, segundo as cifras de um estudo recente do Banco Mundial.¹² Em 1998, 21 milhões de pessoas eram pobres; atualmente, chegam a 24 milhões. Entre estas, 9 milhões de colombianos estão, hoje, na indigência ou na pobreza extrema.¹³ As privatizações não melhoraram o acesso da população aos serviços sociais nem a qualidade deles para as pessoas mais pobres. As privatizações serviram para ampliar os privilégios e a exclusão. Propiciaram uma redistribuição regressiva de recursos dos grupos de renda média e baixa para os grupos mais poderosos, reduzindo o acesso dos setores mais necessitados aos serviços básicos de saúde, educação e seguridade social. ■

10 Controladoria Geral do país. op.cit., p. 129.

11 Decreto nº 2085, de 2002.

12 Pobreza siguió en aumento. *Portafolio*, 5 de agosto de 2002.

13 Segundo dados do governo (Departamento Nacional de Planejamento).